

Dissertações

defendidas no Programa
de Pós-graduação em
Geografia/UFMG no
1º semestre de 2017

A presente dissertação discorre sobre um dos inúmeros caminhos percorridos historicamente pelo ser humano. Trata-se da travessia Lapinha-Tabuleiro, um percurso orientado de oeste para leste na Serra do Espinhaço, situado em sua porção sul, Serra do Cipó/Minas Gerais. A caminhada se inicia no povoado da Lapinha da Serra (município de Santana do Riacho) e se prolonga por cerca de 20 a 40 quilômetros até o distrito de Tabuleiro (município de Conceição do Mato Dentro). Marcada por uma indubitável sociobiodiversidade, esse trajeto vem sendo apropriado de inúmeras formas ao longo do tempo: por paleoíndios, naturalistas, tropeiros, comunidades locais e, atualmente, por meio da atividade turística. Dito isso, o objetivo dessa investigação se faz compreender de que forma a imersão humana ao longo da travessia pode auxiliar na conservação ambiental e na valorização das comunidades locais. Sendo assim, enveredamos nas discussões a respeito de trilhas e travessias, bem como a imersão humana no espaço, caracterizando o ato de caminhar e suas inúmeras interpretações. Defendemos aqui a ideia de que caminhar não é um ato mecânico, mas sim uma forma sensível de experienciar e vivenciar o espaço, podendo estar conectado a própria reprodução turística (dentre suas diversas tipologias), a uma noção de busca incessante pela aventura ou simplesmente associada ao caminhar como ato filosófico. Esses elementos são visíveis na travessia Lapinha-Tabuleiro, a qual acessamos seu universo por meio dos alunos da disciplina Fitogeografia da Universidade Federal de Minas Gerais, uma vez que a mesma adota a caminhada na condição de trabalho de campo. Utilizamos nossa experiência de cinco anos como monitor de campo, assim como investigamos as relações advindas dessa imersão e, sobretudo, analisamos os relatórios de campo (produto da disciplina), construídos em sua maioria enquanto diários de campo. A pesquisa revelou o potencial imersivo da caminhada, em como impacta e reverbera na vida do sujeito, podendo ecoar em decisões, memórias e atitudes, sendo uma forma de contribuir positivamente para a conservação socioambiental da região, visto que abre a possibilidade de valorização e significação do espaço, construindo um lugar. Movimento que influi na mobilização em prol da região, assim como reprodução de um turismo pessoalizante, capaz de valorizar as comunidades locais e sensibilizar sujeitos quanto a necessidade de proteção da biodiversidade local.

"Determinantes Ambientais Como Foco Para Demarcação Territorial: O Caso da Comunidade Quilombola Saco Barreiro – Pompéu/MG"

O presente estudo traz uma análise do conflito ambiental localizado no município de Pompéu/MG entre a Comunidade Quilombola Saco Barreiro e a Agropéu (Agroindustrial de Pompéu S.A), empresa produtora de etanol e açúcar. Situada atualmente em um território de aproximadamente 10 hectares e cercada por 20 mil de cana-de-açúcar, cujos limites entre um e outro não ultrapassam dez metros, os quilombolas denunciam estarem sofrendo diversos impactos negativos advindos das atividades agroindustriais há mais de três décadas, desde a instalação do empreendimento em 1981 e sua consequente expansão nos anos posteriores. Dentre as principais denúncias, destacam-se a dificuldades de acessar seus bens naturais historicamente utilizados; medo de contaminação das águas, solos, criações e plantações devido à aplicação de agrotóxicos e afins pela empresa; e aquele destacado pelos moradores como sendo o principal: medo de estarem sofrendo intoxicações, haja vista as reclamações de mal estar, dores de cabeça, ardência nos olhos, irritação na pele, entre outros, toda vez que tais produtos são aplicados. Todos esses fatores e outros que serão apresentados contribuem para que a comunidade se encontre em uma situação de risco, tendo suas tradições e modos de viver interrompidos, assim como tendo sua vida (orgânica e não-orgânica, vida enquanto grupo étnico) ameaçada. Diante tal cenário, o principal objetivo deste trabalho é apresentar os determinantes ambientais que deverão ser fundamentalmente levados em conta na demarcação territorial da comunidade, que está em andamento no INCRA desde 2009. Por determinantes ambientais entende-se os fatores que influenciam atualmente na qualidade do ambiente como um todo (água, solo, ar) e que interferem nos modos de vida da comunidade (condições de reprodução no espaço, possibilidade de exercício de atividades tradicionais etc.), o que, por consequência, afeta o território e as territorialidades do grupo. Neste sentido, compreende-se que demarcar o território, mas não garantir seu pleno uso através de um ambiente totalmente saudável, identificando e eliminando as principais ameaças exteriores à comunidade, não é o suficiente para garantir o resgate das tradições antigamente praticadas nele. Para a realização de tal objetivo, foram realizadas visitas ao quilombo e à Agropéu; entrevistas com os quilombolas, empregados da empresa e o prefeito da cidade; produção de cartografia social e pesquisas bibliográficas. Os resultados indicam que os principais determinantes ambientais são consequências da presença tão próxima da Agropéu para com a comunidade, apresentando a necessidade de se pensar uma demarcação territorial que garanta aos quilombolas o afastamento de tal empresa para que o território reivindicado e a ser demarcado possa ser plenamente utilizado, garantindo o retorno às tradições e à saúde da população.

O Brasil experimentou importantes mudanças no ritmo de crescimento demográfico e urbano, iniciadas a partir de finais da década de 1960, resultado da diminuição do crescimento vegetativo, do redirecionamento de fluxos migratórios e da redistribuição da população no espaço. A reestruturação da rede urbana e a ascensão de novos centros de gestão do território fizeram com que os fluxos migratórios do tipo rural-urbano, com migrações de longa distância e interregionais perdessem força, sendo substituídos por fluxos do tipo urbano-urbano, predominantemente de curta distância e intrarregionais. Alguns centros urbanos situados no interior desenvolveram-se economicamente e se firmaram como polos regionais, como por exemplo, os municípios que, dentro da hierarquia urbana, foram classificados como capitais regionais pelo IBGE. Contudo, muitos municípios parecem não estar preparados para absorver os impactos do crescimento populacional, especialmente quanto à infraestrutura de serviços urbanos, agravado, em muitos casos, pela incapacidade do poder público de intervir. Este trabalho tem o objetivo de retratar o quadro recente (entre os anos de 1991 e 2010) e apresentar projeções de acesso ao saneamento básico nas capitais regionais brasileiras para os anos de 2018, 2023 e 2033, considerando uma situação de manutenção de tendência de crescimento do número de domicílios particulares permanentes e do número de domicílios particulares permanentes com acesso a abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e coleta de lixo direta e indireta. Para tanto, foram utilizados os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 que permitiram propor um índice geral de saneamento básico municipal e a checar o cumprimento das metas de saneamento básico estabelecidas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), publicado em 2013. Dentre os municípios que apresentaram os piores percentuais de acesso às variáveis relativas ao saneamento básico destacam-se Marabá e Santarém. Considerando as projeções, nota-se que dentre as 64 capitais regionais analisadas, 53 não devem atingir a meta para abastecimento de água em 2018, 54 em 2023 e 48 em 2033. Em relação ao esgotamento sanitário, espera-se que 21 municípios não atinjam as metas definidas pelo Plano Nacional em 2018, 22 em 2023 e 27 no ano de 2033. Em relação à coleta de lixo, sete municípios não devem atingir a meta em 2018, 2023 e 2033. Dentre todas as capitais regionais, chamam atenção Barbalha, Marabá, Vitória da Conquista, Petrolina e Juazeiro, que não devem atender os limites estabelecidos por nenhuma das metas, em nenhuma área do saneamento, em nenhum dos anos. Os resultados apresentados, ainda que em caráter exploratório e específicos sobre o saneamento básico, podem ser úteis como parâmetros para subsidiar a formulação de políticas públicas, indicando os casos em que há maior necessidade de intensificar os investimentos.

Data de Defesa:

04/05/2017

"Aspectos Geomorfológicos e sua Influência na Fitofisionomia no limite Cerrado/Vereda: Estudo De Caso No Rio Peruaçu-MG"

Data de Defesa:
09/05/2017

No bioma Cerrado, existem mais de uma dezena de diferentes fitofisionomias que apresentam significativas variações quando em contato com outras. Tal fato ocorre também nas áreas limite entre cerrado e vereda, onde sabe-se que há grandes variações, mas as mesmas são pouco estudadas, principalmente do ponto de vista pedogeomorfológico. Esta dissertação busca compreender quais fatores explicariam as significativas variações fitofisionômicas no limite entre cerrado e veredas, seja na extensão de um dos domínios, seja na diferença entre as espécies dominantes em cada um desses. A hipótese colocada é de que tais variações seriam possivelmente decorrentes de oscilações/alterações na dinâmica hidrológica local, bem como seus efeitos, e das características gerais dos solos e do relevo em cada vertente. Tendo como área de estudo a bacia hidrográfica do rio Peruaçu, mais precisamente os limites do Parque Estadual Veredas do Peruaçu, foram adotados como procedimentos metodológicos: a análise química e granulométrica de perfis de solo; a técnica Domin Scale, utilizada para identificar possíveis espécies vegetais consideradas dominantes sobre as outras; e variadas análises estatísticas que possibilitassem correlacionar os fatores pedológicos com a dominância das espécies vegetais. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese de que tanto a dinâmica hidrológica quanto as características pedogeomorfológicas apresentam influência direta nas variações fitofisionômicas no contato cerrado-vereda, com uma gama de fatores respondendo pela maior ou menor dominância de espécies em cada domínio.

“Hidrogeomorfologia da Ilha da Trindade: Fatores Físicos Condicionantes da Única Rede Hidrográfica Permanente nas Ilhas Oceânicas Brasileiras.”

Cristiano Pena Magalhães
Marques

Orientador:
Prof. Dr. Antonio Pereira
Magalhães Júnior

Data de Defesa:

26/05/2017

Conceitualmente consideradas como massas de terras de tamanho inferior aos continentes, circundadas de águas por todos os lados, cuja sustentação se encontra em assoalho oceânico, as ilhas oceânicas representam ambientes únicos no planeta, significando verdadeiros “laboratórios a céu aberto”. Nessa perspectiva, a ilha da Trindade, objeto de estudo do presente trabalho, representa o extremo leste do território brasileiro, assim como da Cadeia Vitória-Trindade (CVT), que corresponde a uma sequência linear de montes submarinos, de direção geral leste-oeste, localizada no Oceano Atlântico Sul. A natureza geológica e climática das ilhas vulcânicas, muitas delas com baixa pluviosidade anual e elevada pressão sobre os recursos hídricos, não favorece a ocorrência de elementos fluviais permanentes, já que a presença de drenagens superficiais perenes está associada a fatores climáticos, geológicos e geomorfológicos específicos. Contudo, Trindade apresenta nascentes e cursos d’água perenes, constatação essa que significou um dos principais elementos motivadores da realização do trabalho. Portanto, assumindo como hipótese que a configuração hidrogeomorfológica de Trindade é única no território brasileiro, a pesquisa apresenta como objetivo central caracterizar e compreender o quadro hidrogeomorfológico da rede hidrográfica de Trindade, identificando os regimes de escoamento superficial e os tipos de nascentes presentes nesse território. Como objetivos específicos, almeja-se: (i) investigar o papel das águas superficiais na configuração geomorfológica da Ilha, em termos de processos prioritários de erosão e sedimentação, e principais formas e formações superficiais resultantes; e (ii) investigar e compreender as características da componente hidrológica subsuperficial da drenagem da ilha, analisando os períodos de residência das águas no meio subterrâneo e seu papel geomorfológico. Nesse sentido, os resultados indicaram que o sistema fluvial de Trindade apresenta características típicas de zonas de produção de sedimentos, ou das denominadas bacias de cabeceira. Ademais, apontou-se a existência de áreas que exibem características distintas em relação ao comportamento da drenagem superficial, ou seja, foram identificados padrões, ou tipos de áreas de escoamento ao longo da ilha. Nessa perspectiva, foram identificadas 33 bacias hidrográficas em Trindade, além de uma infinidade de pequenas áreas de escoamento direto e 32 nascentes. Por sua vez, verificou-se que as águas das nascentes de Trindade provavelmente não representam águas extremamente recentes, que seriam resultado direto das chuvas de periodicidade quase diária que comumente ocorrem na ilha. Ou seja, isso significa que elas possivelmente permaneceram armazenadas nos sistemas de aquíferos da ilha, estando sua ocorrência mais fortemente relacionada à presença de materiais que permitem sua infiltração e estocagem, em detrimento de tais chuvas. Finalmente, destacou-se que a perda geoquímica promovida (...).

Paulo Henrique da Costa
Orientador:
Prof. Dr. Philippe Maillard

“Potencial da altimetria por satélite no monitoramento do nível de água em cinco lagoas do Pantanal”

Data de Defesa:
13/06/2017

A altimetria por satélite está se tornando uma importante ferramenta para medir os níveis de água nos rios e lagos que oferecem precisão compatível com muitas aplicações hidrológicas, especialmente em regiões desabitadas de difícil acesso. O Pantanal é considerado a maior zona úmida tropical do mundo e é caracterizada por pulsos anuais de inundação. Devido a pouca disponibilidade de estações de medição in situ, elaborar métodos remotos de medição de nível de água é uma alternativa atraente. Este artigo descreve como os dados de satélites de altimetria do Envisat, Saral e Cryosat podem ser usados para determinar o nível de água em cinco pequenos lagos do Pantanal. Os algoritmos disponíveis (retrackers) que computam uma solução gama a partir das formas de onda nem sempre produzem medições confiáveis em pequenos lagos. Isto acontece porque o sinal de retorno chega frequentemente "Contaminado" pelo terreno circundante. Séries temporais nível água também foram produzidos e comparados com a única estação de monitoramento in situ das proximidades. O retracker ICE1 teve melhor desempenho no geral. Nós estimamos nossa precisão do nível da água entre 10 cm e 40 cm. Embora o tempo de retorno de ambos os satélites é de apenas 35 dias, os próximos anos prometem trazer novas missões de altimetria de satélite que irá aumentar significativamente esta frequência.

ERRATAS

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017:

Onde se lia:

“Janeiro - Junho vol.14 nº1 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.14 nº1 (Jan-Jun) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.13 nº1 (Jan-Jun) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

- No artigo *Espaço e sociedade na ocupação dos sertões das minas – vale do rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*, de autoria de Mateus Rezende de Andrade, publicado na revista Geografias v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Turismo no entorno de parques: um olhar territorial*, de autoria de Altair Sancho, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Representações do espaço urbano*, de autoria de Marcio Luis Fernandes, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Geografia em Comunidade: social entrepreneurship, university extension and innovative pedagogic initiatives in Diamantina, Minas Gerais state, Brazil*, de autoria de Douglas Sathler, Claudio Marinho e Michael Passow, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Aspectos teórico-metodológicos relativos à dimensão temporal e espacial do clima, de autoria de Carlos Henrique Jardim*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Previsibilidade da pressão atmosférica local a partir de flutuações altimétricas registradas no Oeste Paulista*, de autoria de Antonio Jaschke Machado, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”.

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.12, nº1, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”.

- No artigo *10 anos da pesquisa em geoturismo no Brasil: balanços e perspectivas*, de autoria de Luciano Schaefer Pereira, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Ponderação de variáveis ambientais para determinação do Potencial de Uso Conservacionista para o Estado de Minas Gerais*, de autoria de Adriana Monteiro da Costa, João Herbert Moreira Viana, Laís Pinheiro Evangelista, Dayane Caroline de Carvalho, Klinsmann Cortezzi Pedras, Ivana de Marco Horta, Hugo Henrique de Cardoso Salis, Max Paulo Rocha Pereira e Jarbas Lima Dias Sampaio, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No documento *Dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG no 1º semestre de 2017*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No documento *Teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG no 1º semestre de 2017*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as

páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”